

FOLHA DE S. PAULO
QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2016 - B8

esporte



Recursos para o esporte paraolímpico aumentam 127%

ORÇAMENTO Comitê brasileiro recebe R\$ 375 milhões na preparação para o Rio, mais que o dobro de Londres

MARCEL MERGUZO
PAULO ROBERTO CONDE
DE SÃO PAULO

Alicerçado em dinheiro público, o esporte paraolímpico brasileiro teve um aumento de 127% em seus recursos para os Jogos do Rio na comparação direta com a edição anterior, em Londres.

Neste ciclo, o CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro) viu uma disparada no dinheiro que teve à sua disposição em relação ao período entre 2008 e 2012. São R\$ 375 milhões ante R\$ 165 milhões de quatro anos atrás.

Em Pequim-2008, o investimento tinha sido de aproximadamente R\$ 80 milhões.

Quase a totalidade destes R\$ 375 milhões que o CPB recebeu entre o início de 2013 e julho deste ano foram provenientes de verba federal.

O atletismo paraolímpico é a única modalidade que tem patrocínio privado. A Bras-kem, empresa do ramo químico, investe na modalidade desde setembro de 2015, mas não revela valores.

Isso à parte, o comitê subsiste à base de recursos dos governos, especialmente o federal, e das empresas estatais. Foram 17 convênios com o Ministério do Esporte que somam pelo menos R\$ 67 milhões para preparação da delegação brasileira.

Entre as entidades esportivas, o CPB foi a que mais recebeu da Caixa entre 2013 e 2016: R\$ 120 milhões.

É mais do que a instituição repassou a confederações co-

mo atletismo (R\$ 90 milhões) e ginástica (R\$ 35 milhões) no período antes da Rio-2016.

O CPB também se beneficiou de alteração na Lei Piva que passou de 2% para 2,7% o valor arrecadado em loterias para o esporte brasileiro.

Sancionada em 2001, a lei destina fração da arrecadação bruta de loterias federais a entidades esportivas.

Esse 0,7% foi para o comitê, o que, na prática, quase dobrou o repasse ao esporte paraolímpico nacional.

Se entre 2007 e 2014 a lei destinou R\$ 210 milhões, só neste ano a previsão gira em torno de R\$ 120 milhões.

FUTURO

Presidente do comitê, Andrew Parsons avalia que, apesar dos objetivos para o Rio, o aumento do montante será importante para o futuro.

“Esse é um investimento que vai permitir que o CPB possa administrar o CT Paralímpico, que é o maior legado dos Jogos, e planejar o próximo ciclo com mais segurança”, afirmou, em alusão ao centro inaugurado neste ano, em São Paulo, a um custo de cerca de R\$ 305 milhões.

Ao contrário do modelo olímpico do esporte nacional, no qual o COB (Comitê Olímpico do Brasil) é a figura central e tem ao seu redor confederações, o CPB cuida de modalidades que trazem mais medalhas ao país (natação, atletismo, halterofilismo, esgrima em cadeira de rodas e tiro esportivo).

As demais têm as suas res-

pectivas associações e federações do esporte.

Com a verba abundante para o Rio, o país se manteve em um mesmo patamar na comparação direta com alguns países da elite mundial.

Além disso, o CPB firmou dois projetos de atletas, no Rio e em São Paulo, em parcerias com a prefeitura carioca e uma secretaria paulista.

RIVAIS

Em termos de investimento neste ciclo, o Brasil está em patamar semelhante a alguns países da elite mundial.

A Grã-Bretanha, terceira no quadro de medalhas na última Paraolimpíada, só atrás da China e da Rússia, investiu ao menos R\$ 314 milhões em seus paraolímpicos entre 2013 e 2016.

A maior fatia veio do UK Sport, órgão do governo que repassa dinheiro advindo de loterias e impostos coletados de acordo com critérios de desempenho —ele trabalha em conjunto com a Associação Paraolímpica Britânica, que se encarrega da área técnica.

A grande diferença entre os modelos brasileiro e britânico é o aporte de recursos privados. A associação britânica tem dez patrocinadores e também recebe doações.

A Austrália, que terminou Londres-2012 em quinto lugar (duas posições à frente do Brasil), possui investimento um pouco maior.

No biênio 2014/2015, o governo depositou R\$ 272 milhões na preparação dos para-atletas para a Rio-2016.